



■ Presidente p.2

Governo do
"faz-de-conta"



■ Parlamento p.17

"Austeridade
encapotada" penaliza
os utentes do SNS

POVO LIVRE



n.º 1972

7 de junho de 2017

Diretor: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
n.º 105690 - Propriedade: PSD

**GOVERNO DO PSD
FOI O ÚNICO
QUE CORTOU
NAS RENDAS
DA ENERGIA**



Pedro Passos Coelho esteve no
distrito de Viana do Castelo



Encerramento das jornadas parlamentares em Albufeira

Governo do “faz-de-conta”

O Governo, com o apoio do PCP e do BE, tem revelado inúmeras incongruências, no que diz respeito à reforma do sistema político e ao processo de descentralização. No discurso de encerramento das jornadas parlamentares do PSD, dia 31, Pedro Passos Coelho alertou para as “duas facetas da atual situação política do país: a do faz-de-conta e a do imobilismo”.

Verifica-se “a faceta do faz-de-conta, da esperteza com que se colocam os assuntos na discussão pública, independentemente da seriedade que lhes quer dar. A faceta do imobilismo, do país adiado, está presente na ausência de vontade para uma reforma estruturante para futuro, como é a lei da reforma laboral paradigmática. O PS já disse que não quer fazer, porque o entendimento que tem com o PCP e o BE impede-o”, acusou.

No entanto, estas duas facetas “marcam a vida nacional em múltiplos aspetos. No sistema eleitoral as pessoas podem até achar que nem é muito grave, acham que o sistema político está aquém do que deveria ser, mas não é um assunto basilar”. O Partido Socialista rejeita esta reforma por “razões de circunstância, achando que pode sacrificar o efeito estrutural na melhoria da representação política. É agora, a meio do mandato, que se pode pensar em alterações à lei eleitoral, era agora que teríamos as condições para fazer esta reflexão. Mas o PS já decidiu que neste ciclo tudo o que não obtiver uma concordância estratégica não passa”.

Governo está a adiar reformas estruturais

O Partido Socialista “tem reagido de forma consistentemente bloqueadora a essas reformas. Utiliza argumentos menores para dizer que não são necessárias. É



o caso da Segurança Social”, acusou o líder da oposição.

Tal como está hoje, o sistema da Segurança Social está em profundo desequilíbrio, pois Portugal ainda

tem um défice demográfico e a fraqueza de capacidade para crescer mantêm-no em desequilíbrio. “Mas a este desequilíbrio, o PS acrescenta mais uns quantos fatores que desequilibram o sistema e não há maneira de estar

disponível para fazer uma reforma da Segurança Social. Mas querem lá pôr mais dinheiro. O que querem é fazer um saque às contribuições”, disse.

“Enquanto a atual solução estiver no Governo, vão empurrar com a barriga qualquer solução, e o país estará adiado”, afirmou Pedro Passos Coelho.

Na reforma do Estado, temos vindo a assistir a uma hipocrisia da parte do Governo: “querem diminuir a precariedade e aumentam os precários no Estado. Não podem contratar mais precários a cada semana que passa. Não tem sentido, como não tem propor um processo para diminuir a precariedade sem ver o que é preciso do Estado.”

“António Costa já disse que a descentralização é a pedra basilar da reforma do Estado. Mas não têm vindo a acrescentar nada de novo. Isto é um embuste. E é conversa para comunicação social entreter. Se queremos que este processo seja uma boa oportunidade para os municípios, então faz sentido perguntar que bens humanos e financeiros alocamos? Ficam no Estado? A fazer o quê? Coisas importantes? Não há discussão, porque não há reforma”, acusou o presidente do PSD.

“Vivemos um período em que estas características impedem o País de ser projetado com ambição para o futuro”, disse. “Se queremos que a economia possa crescer, temos de acrescentar reformas ao que fizemos. Se andarmos a empurrar com a barriga, elas nunca se irão fazer. É criminoso enganar o país dizendo que não é preciso fazer reformas que são urgentes”, acusou.

O INE confirmou o crescimento alcançando e tivemos mais detalhes do que se tem vindo a passar. Tal como o líder social-democrata afirma, “os números são positivos. A economia tem aceleração, dada pelas exportações líquidas. Isso é positivo, mas é preciso um novo patamar. Há uma alteração deste Governo que o suporte? Não, pelo contrário. No que esteve ao alcance do Governo, retardou-se este processo, pois em 2016 o crescimento abrandou face à desconfiança gerada pela atual solução governativa”.

Na verdade, “foi preciso esperar um ano para se retomar o caminho de crescimento”.

Governo põe em risco o acesso à Educação e a cuidados de saúde

O que se verifica atualmente é um desinvestimento no País, e em áreas críticas como a saúde. O Governo mudou o discurso e diz que Portugal não pode ter défice. “E como é que não há défice? Porque o ministro das Finanças fechou as torneiras, não deixou o investimento público ter lugar e cortou nas despesas correntes”, afirmou Pedro Passos Coelho.

“Quando não havia dinheiro, nós investimos. Investimos para melhorar o serviço de urgência, para diminuir os tempos de espera para cirurgia, para adquirir equipamentos essenciais. Foram 20 milhões de euros em quatro anos. E este Governo quase ainda não investiu”, disse. “É por isso que há mais tarefeiros, mais dívida, e as queixas aumentam. O País lá se irá apercebendo que a austeridade está lá.”

Na Educação, estamos a assistir a um “retrocesso perigoso que vai conduzir à destruição do ensino privado. Ou melhor, só haverá ensino privado para gente rica. É um retrocesso enorme, que só se compreende por razões ideológicas. Não sai mais barato ao Estado, pelo contrário, não gera mais emprego, e paga mais. Estão a destruir emprego a troco de um preconceito ideológico em que toda a gente tem de ter o mesmo na educação, com professores a ensinar da mesma maneira. Não deixamos passar isto em claro”.

O que temos é uma “falsa alternativa no País. Um investimento a fazer de conta, a construir uma realidade virtual, que não existe.”





Dívida deve ser emitida a mais longo prazo

Este Governo apostou tudo na reposição rápida de rendimentos, “não investindo. Se têm um modelo tão bom, porque é que não vão à Grécia explicá-lo ao Tsipras? Porque é que não vão ao Eurogrupo contrariar a pressão sobre a Grécia. Veem como não há consistência? É um jogo de faz de conta, em que supõem que as pessoas aceitam esta conversa que não é séria.”

Sobre o “rating”, o presidente do PSD afirmou que é preciso melhorá-lo, mas também “fazer por merecer que ele melhore. Qual é a consistência de estar num dia a criar um grupo de trabalho com o BE para ver em que termos se podia pedir a reestruturação da dívida e o ministro das Finanças dizer que não leva o assunto ao Eurogrupo?”

“Não há decoro?”, questionou o líder da oposição. “Será possível que o primeiro-ministro mande empatar a conversa com o BE? Queremos melhoria do rating ou empatar conversa com o BE? E o que quer o BE? Fazer de conta que tem uma boa razão para apoiar o Governo?”

É tempo também de o IGCP emitir dívida a 15 anos, porque “cada vez se emite a prazo mais curto até ninguém pegar em emissões. São precisas emissões mais longas, não mais curtas. Ainda pagamos o dobro dos espanhóis.”

Jornadas parlamentares no Algarve originam “preocupações relevantes”

Os deputados do PSD, reunidos em Albufeira no âmbito das jornadas parlamentares, realizaram durante a manhã de 30 de maio de 2017 diversas visitas pelo concelho do Algarve, no sentido de averiguar quais as necessidades sentidas pela população nas mais diversas áreas.

Foram suscitadas, de acordo com o social-democrata Cristóvão Norte, “preocupações muito relevantes” que vão resultar em projetos de resolução, através dos quais o PSD vai recomendar ao Governo que tome medidas em áreas como: saúde, segurança rodoviária, cultura ou, por exemplo, ordenamento territorial (ver mais detalhes abaixo).

O PSD vai recomendar ao Governo que tome medidas no âmbito de: a construção do Hospital Central do Algarve; a requalificação da Estrada Nacional 125, mais concretamente no troço Olhão/Vila Real de Santo

António, com suspensão da cobrança de portagens na A22 sempre que se verifiquem constrangimentos resultantes das obras; infraestruturas ferroviárias, de modo a incluir a ferrovia ao Aeroporto de Faro; a requalificação do Porto de Portimão, a fim de aumentar a capacidade e de melhorar condições estruturais; na cultura, com a criação de condições que promovam as visitas à Fortaleza de Sagres; nas pescas, criando condições para que os exames laboratoriais às biotoxinas dos bivalves possam realiza-se no Algarve; no sistema de regadio; na costa vicentina, solicitando o processo de recondução do Plano de Ordenamento do Parque Natural.



Apresentação de candidatura de António Mota à câmara municipal de Oliveira do Bairro

Portugal precisa de mais investimento



Pedro Passos Coelho afirmou, dia 2 de junho, que o atual Governo deve explicações aos portugueses e não pode achar que “os membros do Executivo podem governar como se fossem impunes, sem dar explicações ao País, quando nos deparamos com problemas sérios de contradições”.

O líder social-democrata referia-se ao facto de, perante a notícia de que o Governo teria retirado três paraísos fiscais da lista negra, cessando a obrigatoriedade de comunicar as transferências efetuadas, Mário Centeno ter afirmado que a decisão teria sido tomada de acordo com pareceres da Autoridade Tributária (AT), tendo sido desmentido pelo seu secretário de Estado, que reiterou que não há pareceres e que a Autoridade Tributária não foi sequer ouvida.

“Há uns meses, apareceram notícias que afirmavam que, quando eu era primeiro-ministro, várias transferências não tinham sido detetadas pela AT. Na altura, dissemos que íamos esclarecer o que se passou. Passaram-se meses e cada vez fica mais claro que não houve nenhuma responsabilidade do Governo nessa matéria. Uma coisa é reconhecer que foi um erro político do Secretário de Estado na altura, não ter publicado umas estatísticas. Mas isso não fez dele um secretário de Estado pouco diligente a tratar destas matérias, antes pelo contrário. E aproveito esta ocasião para lhe fazer essa justiça pública e esse elogio público”, declarou na sessão de apresentação de candidatura de António Mota à câmara municipal de Oliveira do Bairro (distrito de Aveiro).

O Governo deixa passar o tempo para dar a ideia de que, com o governo PSD, fugiram milhões para “offshores”, quando na realidade o que se passou foi um erro informático que não deu conhecimento à Autoridade



Tributária. Mas “devido à nossa decisão legislativa, se alguém dever dinheiro por essas transferências, vai pagá-lo, porque alargámos para 12 anos o prazo para que o Estado pudesse fazer valer o dinheiro dos contribuintes”, afirmou o Presidente do PSD. O mesmo Governo que acusava o PSD de ter sido negligente com o dinheiro dos

contribuintes é o mesmo Governo que agora se recusa a dar explicações nesta matéria.

O líder da oposição afirmou também que, atualmente, nos deparamos com um Governo “que faz pouco do que diz que vai fazer”, sendo de salientar, no entanto, alguns bons resultados para o País.

“Quem os ouve, parece que só agora as coisas começaram a melhorar, mas isso já é visível desde 2013, quando o desemprego começou a baixar, e a economia a crescer”, disse Pedro Passos Coelho. No Verão passado, o ministro das Finanças mudou de estratégia, mas os cortes no investimento e na Saúde já tinham sido levados a cabo.

“Ainda esta semana tivemos no Algarve, e constatei que há menos dinheiro para investir nos equipamentos de saúde do que havia antes. As pessoas esperam mais tempo por exames, deparam-se com mais tempo de internamento e mais tempo à espera de ser operadas. Quando as coisas não são bem planeadas, o resultado é pior”, afirmou.

Tal como o líder social-democrata afirma, “podia ter havido mais investimento, tendo na mesma em atenção o défice. Mas o ministro das Finanças teve de apertar no investimento porque as primeiras opções iam conduzir ao falhanço das metas”.

Agora, é importante pensar que no futuro não pode ser igual. Agora que se vivem tempos de normalidade, é preciso “fazer as coisas com calma, melhor programadas, perdurando resultados económicos. É preciso um crescimento duradouro e sustentável, e isso exige mais do que retórica”.

“Reformas de futuro precisam de um salto qualitativo”

Portugal precisa de reformas sérias, porque “precisamos de fazer mais coisas se queremos dar um salto qualitativo no crescimento. É preciso humildade, mas quem ouve o Governo vê que falamos com o rei na barriga”.

Para Pedro Passos Coelho, “é preciso que o melhor se mantenha e amplie, e para isso é preciso trabalhar. É assim em tudo. É preciso fazer mais para termos mais do que hoje. Se não queremos voltar a 2016 é preciso fazer reformas e elas não estão a ser feitas nem programadas”.

Desde o ano passado que o PSD tem vindo a apresentar propostas para uma verdadeira descentralização. Uma descentralização em que as autarquias tenham um papel mais relevante, por exemplo, na gestão das escolas. Mas as propostas do PSD têm sido “chumbadas, e, as que não são, não passam do papel. Só em março deste ano é que o Governo apresentou uma intenção no Parlamento para dar mais competências aos municípios. Mas tudo o que apresentou até hoje, espremido, é pouco mais do que já existe”, acusou.

A visão do PSD passa por ter autarquias que “não façam apenas obras, para isso não é preciso exigir maior proximidade. Queremos que a autarquia se possa envolver mais com os projetos sociais. Hoje há mais gente competente para tratar destes assuntos. Esta na altura de envolver mais os municípios. Mas tudo o que é descentralizar ou fazer diferente não vai bem com este Governo”.



“Quando é para fazer doutra maneira, o Governo não gosta”, e isso vê-se, por exemplo, na questão dos cortes nos contratos de associação. A consequência desta decisão é “despedimentos de professores e funcionários, encerramento de colégios, assim como o Estado fazer

mais despesa para acolher os que saem da escola. O Estado não poupa nada e os alunos não vão ficar melhor”. O que estão a fazer é a condicionar o acesso ao ensino privado, ficando este apenas acessível para “os alunos ricos”.

Pedro Passos Coelho no distrito de Viana do Castelo

Governo do PSD foi o único que cortou nas rendas da energia



“No que diz respeito a rendas da energia, só houve um governo que cortou 4 mil milhões, e quase metade desse valor recaiu sobre a EDP”, afirmou, sábado, 3 de junho, Pedro Passos Coelho, referindo-se ao trabalho feito durante o seu governo.

O líder da oposição comentava os contratos de aquisição de energia que foram transformados em contratos com o Estado, para garantir um preço de estabilidade ao operador. Estes contratos não foram feitos pelo governo liderado pelo PSD, por isso, insistiu, “poupe-nos a esta conversa cínica perante o único governo que fez algo pelas rendas da energia. Tenham decoro na discussão e não atirem areia para os olhos das pessoas.”

Esta situação faz lembrar as parcerias público-privadas com as rodoviárias, “que tinham valido 20 mil milhões de euros, e que coube ao PSD, que os herdou no Executivo, reduzi-las em mais de 5 mil milhões de euros, ao valor da época.”

“É preciso haver preocupação com o rigor. Não se pode deixar a conversa pela metade em vez de contar uma história com princípio, meio e fim. É preciso melhorar o debate político e a qualidade da discussão, e as questões têm de ser tratadas com a importância que merecem”, disse.

Tal como sério têm de ser o debate sobre a retirada de três paraísos fiscais da lista negra, assunto sobre o qual o PSD não permitirá que não sejam dadas explicações.



PSD espera que magistrados possam evitar greves

À margem de uma visita à Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca e depois de ter estado nas Termas de Melgaço, dia 3, o presidente do PSD disse esperar que seja evitada uma eventual greve dos magistrados por ocasião das eleições autárquicas, apesar de admitir que eles possam ter uma “boa motivação” para estarem insatisfeitos.

“Qualquer que seja a motivação que os magistrados tenham nesta matéria, e acredito que seja uma motivação boa, tem de ser atempadamente tratada e discutida, e eu espero que uma situação limite como essa [greve nas autárquicas] possa ser evitada”, afirmou.

Pedro Passos Coelho acrescentou que o PSD vai ouvir os magistrados, para se inteirar das suas preocupações. “Sabemos que há um compromisso do Governo em apresentar a reforma ao nível dos estatutos dos magistrados e sabemos também que existe uma insatisfação grande do lado dos magistrados com aquilo que foi a primeira interação deste processo do Governo com as magistraturas”, referiu.

Passos Coelho admitiu que é uma “área sensível”, mas disse esperar que possa existir uma solução que evite uma situação mais extrema”, como uma greve por altura as autárquicas.

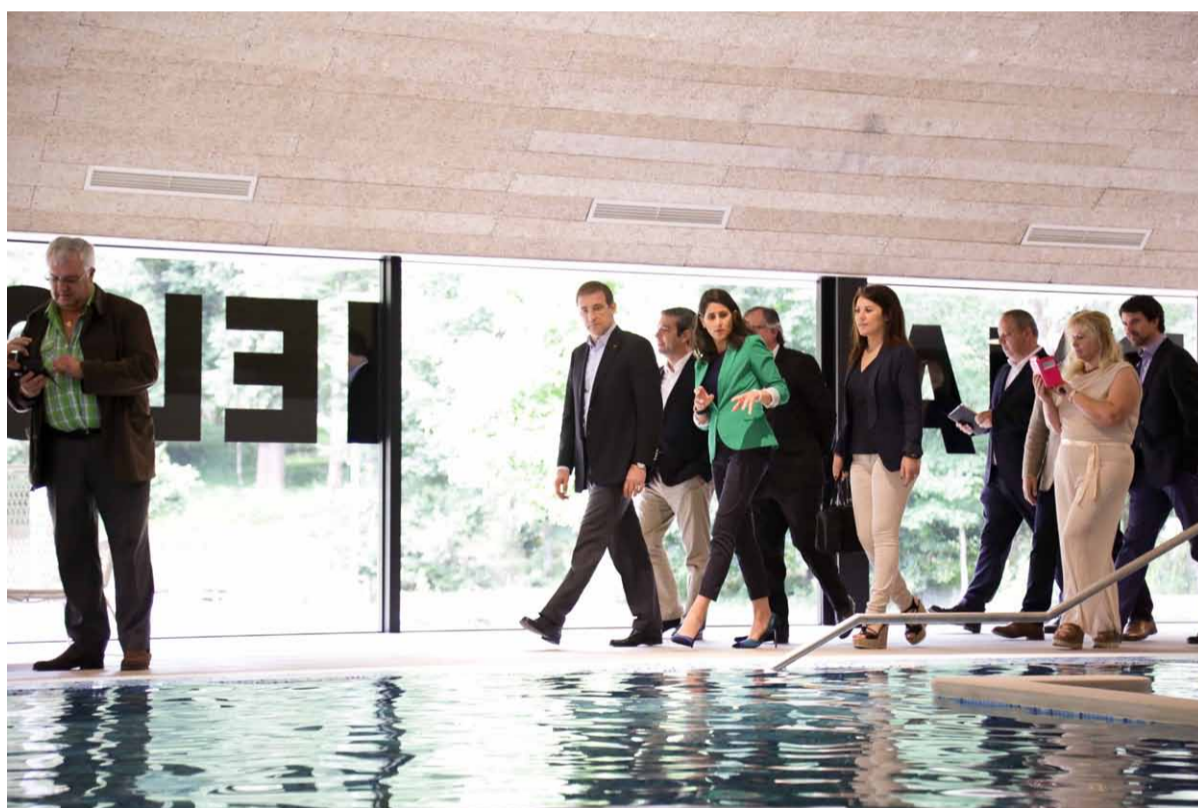
O líder do PSD lembrou que essa greve, mais do que os partidos ou os políticos, afetaria toda a sociedade portuguesa.

PSD está atento às objeções para o SIRP

Pedro Passos Coelho mencionou também que o PSD está atento às objeções que tem merecido a escolha do novo chefe das “secretas”, mas sublinhou não querer acrescentar nada que possa “adensar a polémica”.

“Não somos nós quem está a levantar objeções ou problemas acerca desta matéria, mas estamos atentos ao que se está a passar”, referiu Passos Coelho.

Lembrou que, há cerca de nove meses, o PSD deu o sim à escolha do diplomata José Júlio Pereira Gomes para secretário-geral do Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP).





“O que se está a passar nesta altura não tem origem no PSD”, acrescentou, sustentando as pessoas que têm vindo a fazer “críticas fortes” à escolha do Governo são do PS ou próximas.

O PSD, adiantou, segue esta matéria e aguarda a audição parlamentar em que a matéria será discutida.

“Julgo que é uma oportunidade boa para esclarecer esse tipo de dúvidas que possa existir. Não deixaremos de ter isso tudo em conta, mas não quero estar a acrescentar nada que possa contribuir para adensar a polémica sobre esta matéria”, sublinhou Passos Coelho.

Portugal precisa de emitir dívida a mais longo prazo

Na apresentação oficial da candidatura de Hermenegildo Costa à Câmara de Viana do Castelo, presidente do PSD afirmou que uma boa maneira de transmitir confiança para futuro às agências de “rating” para reverem a notação se Portugal seria emitir dívida num prazo mais alargado, por exemplo, a 15 anos.

Numa altura em que a dívida nunca foi tão alta, estando agora nos 247 mil milhões de euros, Pedro Passos Coelho referiu que o objetivo seria “substituir dívida mais cara por dívida mais barata, com mais tempo para ser paga. Ao emitir a mais longo prazo, daríamos mais confiança aos mercados, poupando dinheiro para futuro, que serviria para recomprar dívida portuguesa, ajudando a baixar o custo da dívida”.

Assim, seria uma boa maneira de “em vez de se lastimar porque o rating não baixa, o Governo fizesse algo para transmitir confiança” para as agências reverem a notação de Portugal.

“O Governo demorou também tempo a perceber que havia vantagem em antecipar pagamento de dívida ao FMI. Só alteram a sua posição no fim do ano passado, quando perceberam que o dinheiro não ia para a Caixa Geral de Depósitos. Se em 2016 tivessem seguido o nosso caminho e pago ao FMI, se calhar os juros da dívida já tinham melhorado antes”, disse.

Autarcas do PSD estão determinados em lutar por um futuro melhor

Em ano de eleições autárquicas, para o PSD seria crucial que o processo de descentralização já estivesse consolidado, para que os eleitos soubessem com o que contar. Afinal, os autarcas são a primeira linha no contacto com as pessoas, pois “nada define o poder local como a aproximação às pessoas, aos seus anseios e problemas. São elas o coração da vida política local”.

É no plano autárquico que se consegue, com “deter-



minação, uma resposta completa para as necessidades das pessoas. Se observamos o contributo do poder local para o progresso, vemos que o temos à nossa frente pode depender da mutação para a política local, aliada ao uso das novas tecnologias”.

Para o presidente do PSD, o futuro passa por dar uma resposta completa, ou seja, “quando se fala de descentralização, é preciso reforçar a base, que são as câmaras municipais e os municípios. Mas os municípios devem ter

capacidade para estar em contacto com as comunidades intermunicipais, para atrair mais investimento e empreendedores, acrescentando soluções. São precisas visões ambiciosas, que envolvam vários concelhos”.

O PSD sabe que tem bons candidatos e está bem preparado. “Temos um desafio grande, mas é isso que nos pode fazer crescer mais. Vamos dar luta e por boas razões, não por vaidade dos nossos candidatos, mas porque sabemos que podemos oferecer uma perspetiva diferente para futuro”, afirmou.



PSD lança “site” das Autárquicas 2017

Está disponível em <http://autarquicas.psd.pt/> toda a informação sobre as eleições autárquicas, marcadas para 1 de outubro de 2017.

À distância de um clique, e porque as eleições autárquicas são eleições de proximidade, os candidatos às câmaras municipais podem ser conhecidos na respetiva Secção.

Nesta página está também disponível a agenda de iniciativas, como convenções autárquicas locais ou apresentações de candidaturas. Outra das novidades passa pela área de multimédia, com vídeos e fotografias das ações levadas a cabo, que se refletirão também na área de notícias.

O PSD está assim mais próximo de todos os cidadãos que queiram conhecer os seus candidatos e projetos para cada região.



Matos Rosa em Loulé

O secretário-geral do PSD, José Matos Rosa, esteve na Festa da Primavera do PSD de Loulé, domingo, 4 de junho de 2017.





40,7% dos novos contratados recebem 557 euros por mês

A incidência da remuneração mínima nas novas contratações aumentou de 37,3% – no primeiro trimestre de 2016 – para 40,7% no primeiro trimestre de 2017, de acordo com o relatório do Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) do Ministério do Trabalho. Em 2015, cerca de 32,3% dos trabalhadores contratados, no período homólogo, auferiam o equivalente ao Salário Mínimo Nacional (SMN).

Cerca de um quinto dos trabalhadores, com exceção para os funcionários públicos e os trabalhadores independentes, recebem um salário base de 557 euros por mês. De acordo com o documento apresentado pelo Governo aos parceiros sociais, cerca de 730 mil trabalhadores recebem o SMN, o que corresponde a um aumento de 13,9% em relação ao período homólogo. Aumentou também, de 20,7% para 22,9%, o peso dos trabalhadores que auferem a remuneração mínima no total das remunerações.

A incidência do salário mínimo é mais expressiva no Norte do País

Só na indústria transformadora cerca de 21,6% do total de trabalhadores recebem o salário mínimo, no comércio são 20,9%, enquanto no alojamento e restauração o valor é de 12%. É no Norte do País que a incidência do SMN é mais expressiva (41,2%), seguindo-se a Área Metropolitana de Lisboa (com 26,1%).

É nas mulheres, nos trabalhadores com baixas qualificações e nas empresas com menos de 10 trabalhadores que o SMN é mais evidente. No que diz respeito aos jovens, destaca-se uma incidência de 9,9% que, apesar de inferior à de outros escalões etários, é superior quando se tem em conta o peso dos trabalhadores com menos de 25 anos no total do emprego (7,4%).

PSD defende desenvolvimento de “projeto que ataque as causas das desigualdades”

O PSD tem deixado vários alertas no que se refere às consequências de uma política assente em salários baixos. “Dizem [o Governo] que querem um modelo económico assente em valor acrescentado, mas nunca houve tanta gente a ganhar o SMN”, tem referido o presidente do PSD e, a verdade, é que são mais de 40% os recém-contratados a auferir 557 euros mensais. “Assim, não somos mais desenvolvidos e justos”, denuncia. “Queremos que as empresas contratem pelo valor mais alto”, tem salientado Pedro Passos Coelho. Mas para tal é importante que, empreendendo as reformas estruturais necessárias, o atual Executivo saiba “acrescentar valor”. “Este Governo tem o País adiado”, reforça o líder social-democrata, justificando que “queremos um projeto que ataque as causas das desigualdades” e que consiga “alargar os rendimentos na sociedade”.

Governo deve acelerar ritmo de crescimento

O PSD considera uma notícia positiva a confirmação de que o crescimento da economia portuguesa, durante o primeiro trimestre, se deve, em mais de 80%, às exportações. No entanto, os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) mostram que é necessário mais ambição, ou seja, que o Governo acelere o ritmo de crescimento para valores sólidos, já que o investimento, em cadeia trimestral, registou uma desaceleração significativa. É que as compras de máquinas desaceleraram com intensidade e o investimento em material de transporte registou mesmo uma queda nos primeiros três meses do ano, face ao último trimestre de 2016.

Duarte Pacheco, deputado do PSD, sublinha que os dados do INE indiciam duas coisas: “que a retoma iniciada em 2014 se confirma e a bom ritmo; e que isso acontece com base no investimento e nas exportações, que são as verdadeiras molas do desenvolvimento económico, aquilo que nós sempre defendemos”, referiu, quando a aposta do PS se centrava no crescimento do consumo.

À margem do segundo dia das Jornadas Parlamentares do PSD, Duarte Pacheco referiu que o PSD exige agora que os resultados sejam consolidados e melhorados. “Chegados aqui só podemos exigir que este ritmo de crescimento se mantenha e possa ainda melhorar para que o País recupere e para que o desemprego possa cair de forma consistente”, disse, acrescentando que “Portugal não pode recuar”.

Duarte Pacheco ressalva que seria desejável que o País crescesse a um ritmo de 3%, pelo que “qualquer inversão” significaria que estava a andar para trás.



Acompanhe-nos no dia-a-dia...

Conferências de Imprensa,
Transmissões em direto,
Discursos e Intervenções políticas

Entrevistas, Opinião, História,
Iniciativas

O dia-a-dia da atividade
do PSD

Noticiário semanal todas
as sextas-feiras

PSD congratula-se com propostas para completar União Económica e Monetária



A Comissão Europeia apresentou, dia 31 de maio, um documento de reflexão com as propostas para completar a União Económica e Monetária (UEM), que inclui propostas defendidas pelo PSD desde maio de 2015, como são exemplos a criação do Fundo Monetário Europeu (FME), e a possibilidade de nomeação de um presidente permanente e a tempo inteiro para o Eurogrupo.

“Fiquei muito satisfeito porque o documento de reflexão tem lá quase tudo o que representou a posição do governo português em 2015”, sublinhou Pedro Passos Coelho, no encerramento das jornadas parlamentares do PSD, em Albufeira.

“Não há dúvidas sobre o que o PSD pensa, apesar de nos acusarem de não termos ideias nem propostas. Mas não sabemos o que pensam o BE, o PCP e o PS destas reflexões”, avança o presidente do PSD, convidando António Costa e os seus parceiros a revelar a sua posição sobre esta matéria.

O documento apresentado pelos comissários do Euro, Valdis Dombrovskis, e dos Assuntos Económicos e Financeiros, Pierre Moscovici, prevê um conjunto de medidas que poderiam ser adotadas até às eleições europeias de 2019, mas descreve ainda algumas linhas condutoras para ações que podem prolongar-se nos anos seguintes, depois de identificada e concluída a estrutura arquitetónica da União Económica e Monetária.

O PSD congratula-se com o documento apresentado. “É um dado muito positivo porque finalmente parece que a discussão nas instituições europeias para a reforma da arquitetura institucional da zona Euro está a seguir um rumo”, defende Miguel Morgado, vice-presidente do grupo parlamentar social-democrata. Este é um rumo necessário para “ter as soluções institucionais mais adequadas face às carências que a zona Euro ainda enfrenta”, conclui.

Em maio de 2015, o primeiro-ministro defendeu, em Florença, a criação de um Fundo Monetário Europeu, que colocaria a Europa numa posição mais favorável para a resolução dos seus problemas. Após uma reunião com o primeiro-ministro italiano, Matteo Renzi, Passos Coelho explicava que “a União Europeia tem uma vasta experiência em gestão de crises financeiras” e que “devemos retirar os países da gestão da crise e entregar o assunto a instituições”. Segundo o então primeiro-ministro português, a criação de um FME seria crucial para o fortalecimento da confiança nas instituições.

O FME exerceria três funções essenciais: absorveria o Mecanismo Europeu de Estabilidade, e ficaria encarregue do auxílio aos Estados com dificuldades financeiras temporárias, permitindo dispensar o FMI e o BCE do papel que têm desempenhado de escrutinadores dos programas de assistência; faria a gestão de programas de investimento europeu e de apoio a programas reformas estruturais nos Estados-membros que não tenham meios imediatos de as financiar, mas que produzem efeitos benéficos não só para eles, mas também para os restantes Estados-membros; e teria a capacidade orçamental ao nível da zona euro, financiada por recursos próprios, para fazer face aos chamados choques idiossincráticos e assimétricos no seio da União Monetária, incorporando mecanismos com efeitos de estabilizadores automáticos como, por exemplo, a prestação parcial de subsídio de desemprego ou apoio a políticas ativas de emprego.

Quando o PSD avançou com esta proposta, entre outras, e a defendeu na Europa, fixando-a como a posição oficial do governo português, não teve o apoio do Partido Socialista, principal partido da oposição. Já em 2016, com o PS no governo, o PSD voltou a insistir, no Parlamento, para que houvesse um esforço continuado de reunião de apoio a este pacote de propostas para o fortalecimento da União Europeia, e o PS continuou a fugir a uma resposta.

Em janeiro de 2017, na Cimeira dos Países do Sul, António Costa adotou a proposta do anterior governo de criação do FME, a mesma que sempre tinha recusado. E até pediu emprestada a narrativa. Nessa altura, Catarina Martins, líder do BE, aproveitou a oportunidade para reforçar que o mais importante para Portugal é trilhar o caminho para a saída do Euro.

Foram precisos dois anos para António Costa chegar onde o anterior governo já estava. E, nesse período, nesta matéria como em muitas outras, Portugal só perdeu tempo.

Dia Mundial do Ambiente

A marca do PSD

Fiscalidade verde, tarifa social de eletricidade, aumento de energia por renováveis, combustíveis “low-cost”, redução de sacos de plástico, remoção do amianto, lince ibérico... PSD deixou um legado de reformas no Ambiente.

Interligações energéticas entre a Ibéria e o centro da Europa para exportar energia limpa e o compromisso para o Crescimento Verde: “O PSD foi sempre um partido que colocou o ambiente na agenda política. Os últimos anos, de uma exigência extraordinária, não foram exceção e os resultados da ação do PSD estão à vista”, afirma Bruno Coimbra, deputado do PSD.

“Fomos nós que definimos uma verdadeira estratégia ambiental e desenhamos o Compromisso para o Crescimento Verde e a Coligação para o Crescimento Verde, envolvendo a sociedade como fator diferenciador na criação de emprego e na dinamização da economia”, relembra.

“Tivemos a ousadia de avançar com a Fiscalidade Verde e garantimos o aumento das interligações energéticas entre a Península Ibérica e o resto da Europa, para que o nosso País se possa tornar um verdadeiro exportador de energia limpa e renovável”, conclui o deputado.

O PSD desenvolveu um plano real na mobilidade elétrica, tentando aproximar a adesão dos portugueses aos veículos elétricos e ecológicos. Foram introduzidos incentivos da fiscalidade verde para a utilização de veículos elétricos e híbridos plug-in e a aquisição de 1200 veículos elétricos pela administração pública.

O governo liderado por Pedro Passos Coelho colocou o País na dianteira das negociações do acordo de Paris, garantindo que Portugal fosse visto como um exemplo nas políticas ambientais e de combate às alterações climáticas.

A proteção de pessoas e bens na orla costeira foi também um dos pontos em que o Executivo se focou. Uma abordagem que envolveu as autarquias e organizações não-governamentais, e que culminou na reintrodução de espécies protegidas nos parques naturais e na defesa dos habitats degradados.

No governo liderado pelo PSD, foi atualizada, reforçada e aprovada a nova, atual e Lei de Bases do Ambiente.

Este diploma preserva o princípio geral de que todos têm direito ao ambiente e qualidade de vida, e que sobre o Estado recai uma parte decisiva da responsabilidade de estabelecer metas e instrumentos ambiciosos para proteger, preservar e respeitar as componentes ambientais naturais (ar, água, mar, biodiversidade, solo, subsolo e paisagem) e as componentes decorrentes de comportamentos humanos (alterações climáticas, resíduos, ruído e produtos químicos).

De acordo com Bruno Coimbra, “o PSD é, assim, uma marca de proteção e cuidado ambiental, um Partido com uma consciência que busca uma vida melhor para todos, sabendo que o ambiente é um fator de competitividade e de ganhos para a economia e para as pessoas”. “Protegemos a nossa casa comum e por isso somos um Partido que, também neste campo, dá garantias e esperança num futuro melhor aos Portugueses”, acrescenta.

A ação do PSD na área verde, entre 2011-2015, envolveu reformas ambiciosas, inovadoras e exigentes.

Reformas do PSD na área verde: o que foi feito

- Reforma da fiscalidade verde, tributando mais o que se polui e degrada;
- Aposta nas energias renováveis, cujo peso aumentou, na eletricidade, de 45%, em 2011, para 62%, em 2014;
- Introdução do regime do autoconsumo de energia de modo a que, sem onerar os outros consumidores, cada cidadão possa produzir, em casa, a energia de que necessita;



- Generalização dos combustíveis “low-cost” e a introdução dos preços de referência nos combustíveis;

- Alargamento da tarifa social da eletricidade de modo a atingir 500 mil consumidores com um desconto de 34% na tarifa.

- Dinamização da mobilidade elétrica, através dos incentivos da fiscalidade verde, da liberalização da rede de carregamento, do fomento do carregamento nas residências e nos locais de trabalho e da introdução de 1200 veículos elétricos na administração pública;

- Reforço das interligações energéticas europeias, por iniciativa e perseverança do Governo português, resgatando a meta falhada, desde 2002, de 10% de interligações elétricas e fixando uma nova meta de 15% de interligações para 2030;

- Reestruturação do setor dos resíduos urbanos, estabelecendo níveis ambiciosos de reciclagem e reutilização de resíduos até 2020, promovendo uma economia mais circular;

- Reforma do setor das águas, assegurando a sustentabilidade económico-financeira, a proteção ambiental e a coesão territorial;

- Licenciamento Único Ambiental (LUA) que incorpora, num único título os elementos e procedimentos que estavam dispersos por uma dezena de regimes de licenciamento no domínio do ambiente, passando a existir um único processo, um único título e uma única taxa;

- Reforma do Ordenamento do Território, que impulsiona o uso racional e eficiente do solo e a reabilitação urbana, limitando a expansão urbana, erradicando o solo urbanizável e concentrando no PDM todas as regras de ordenamento anteriormente dispersas por vários planos especiais, setoriais e regionais;

- Aposta numa nova estratégia de reabilitação urbana através do Regime Excepcional de Reabilitação Urbana (RERU), que permite uma redução de custos até 40%, da dinamização do mercado do arrendamento urbano, do Reabilitar para Arrendar para privados e do Instrumento Financeiro de apoio às intervenções de reabilitação e de eficiência energética na habitação que proporciona um volume de financiamento de cerca de 3000 milhões de euros.

- Reforço do Investimento Verde;

- Novo programa de proteção e valorização do litoral, através do qual se investiu cerca de 300 milhões de euros na proteção costeira, valor superior ao acumulado nos últimos 20 anos;

- Projetos de conservação da natureza, designadamente, a reintrodução do lince ibérico.

Um esforço reconhecido

Os resultados do esforço reformista levado a cabo pelo governo liderado pelo PSD foram reconhecidos internacionalmente.

Portugal alcançou, em 2015, a 10.ª posição no ranking do Fórum Económico Mundial, Global Energy Architecture Performance Index, que avalia a política energética de 125 países.

Portugal foi ainda reconhecido pelo Índice do Desenvolvimento Sustentável da Fundação Bertelsmann, integrando em 2015 o Top 5 dos países com melhor desempenho no que respeita ao combate às alterações climáticas, sendo 4.º nas emissões de CO2 associadas à produção de energia e na sustentabilidade energética e 5.º em termos de intensidade de energia primária e de eficiência energética.

O que ainda falta fazer

O trabalho não se esgotou na legislatura anterior e é preciso fazer mais. Assim, desde o final de 2015 que o Grupo Parlamentar do PSD tem dirigido uma série de recomendações ao Governo no sentido de potenciar todo o trabalho realizado pelo executivo precedente.

Recomendações do PSD ao Governo, desde 2015

Projetos de lei

- Cria o Estatuto dos Territórios de Baixa Densidade;
- Cria o Sistema Nacional de Informação Cadastral (SNIC).

Projetos de resolução

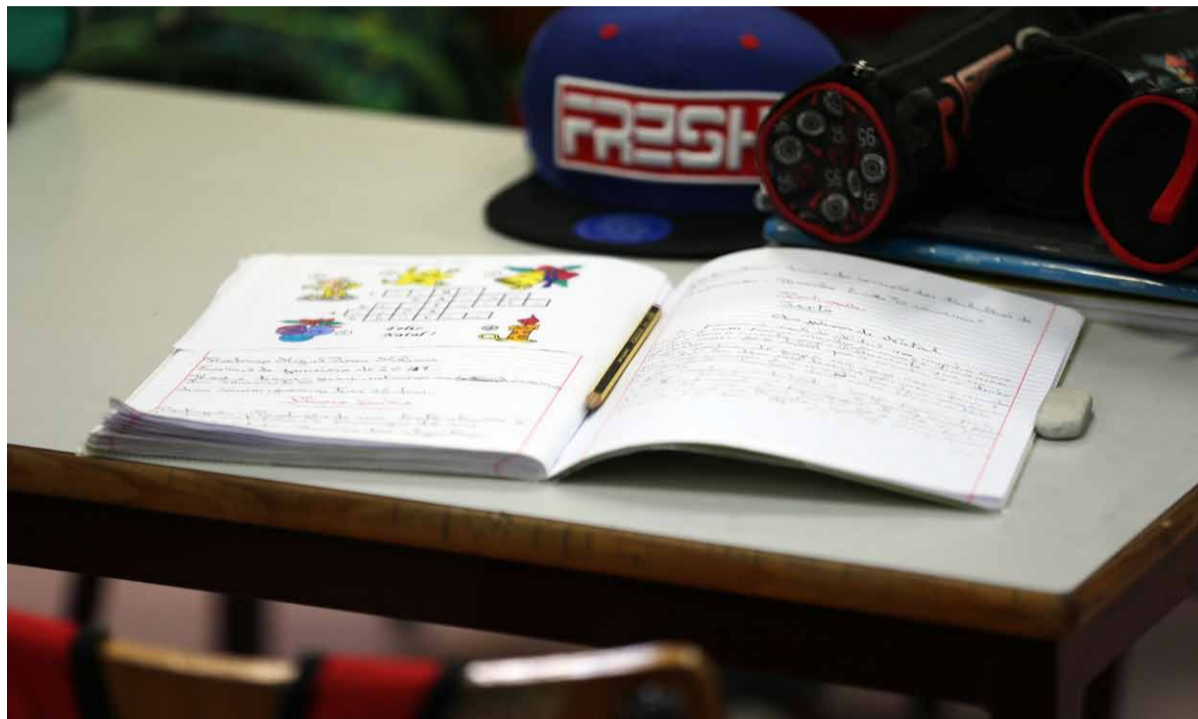
- Remoção integral dos resíduos perigosos depositados nas antigas minas de carvão de São Pedro da Cova, em Gondomar, e as medidas de correção e contenção dos impactos ambientais no local;
- Elaboração do Livro Branco sobre o Estado do Ambiente;
- Adoção de um conjunto de medidas que promovam a Valorização do Território;
- Continuidade do processo de identificação e remoção do amianto em edifícios, instalações e equipamentos onde sejam prestados serviços públicos;
- Acompanhamento e monitorização dos processos de prospeção e pesquisa de hidrocarbonetos no Algarve e na Costa Alentejana;
- Desassoreamento e regulação de caudais da Ria de Aveiro;
- No âmbito da proteção da orla costeira e da segurança de pessoas e bens, se proceda à análise de casos análogos ao porto de mar da Figueira da Foz, e à realização um estudo para avaliar a implementação do “bypass” na entrada do mesmo, e à respetiva divulgação;
- De forma concertada com as entidades competentes, se proceda a um conjunto de ações tendentes à despoluição do rio Vizela;
- Transparência no processo de prospeção e pesquisa de hidrocarbonetos e elaboração de um Livro Verde, contribuindo para o reforço dos mecanismos técnicos e científicos de apoio à decisão política;
- Participação alargada no processo de recondução do Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina a programa especial e a criação de mecanismos de apoio e incentivo à criação de emprego local.

Esquerda corta apoios a escolas com contratos de associação

O Ministério da Educação voltou a reduzir o número de turmas de início de ciclo financiadas nas escolas com contrato de associação e o PSD pretende saber quais os motivos nos cortes aos apoios. Uma decisão que afeta dezenas de escolas em todo o País e, em particular, a região de Leiria.

“A cruzada ideológica deste Governo contra as escolas com contrato de associação continua e agrava-se para o próximo ano letivo, com consequências dramáticas para algumas dessas escolas no distrito de Leiria. Casos como o Externato Cooperativo da Benedita preocupam-nos bastante, pelo que o corte do financiamento implica para o projeto educativo, mas também pelas consequências sociais e económicas para toda a comunidade escolar”, acusam os deputados do PSD eleitos pelo distrito de Leiria.

Perante o anunciado novo corte de financiamento, os parlamentares do PSD solicitam, através de requerimento já entregue no Parlamento, esclarecimentos sobre os impactos sociais e económicos desta decisão do Governo, nomeadamente para os alunos que terão de mudar de estabelecimento de ensino.



PSD propõe defesa do bailarino profissional

Um projeto de lei, que “estabelece as condições específicas de prestação do trabalho, da proteção social e reconversão profissional do bailarino da Companhia Nacional de Bailado”, foi entregue no parlamento pelo PSD e CDS-PP. O objetivo é criar um regime especial e transitório de pré-reforma, assim como propor regulamentação na área dos acidentes de trabalho, assistência médica e estabelecer mecanismos de formação, transição e reconversão profissional.

“A carreira do bailarino é exercida em condições de grande exigência física e psicológica”, pelo que “o treino rigoroso e continuado, muitas vezes iniciado durante a infância ou juventude, com a profissionalização a ocorrer geralmente entre os 17 e os 22 anos, requer do bailarino um constante aperfeiçoamento da sua técnica e condição física, com consequências inevitáveis na degradação da sua capacidade de exercer a profissão ao mais alto nível artístico durante períodos prolongados”, de acordo com a fundamentação do projeto que surge no seguimento de um trabalho desenvolvido pelo executivo anterior e “deixado na gaveta” pelo Partido Socialista.

“Para o PSD, mais importante do que a demagogia, importa garantir, nas soluções que tem de tomar enquanto agente político, a resolução das situações de injustiça e o inaceitável desperdício de capital humano que, ao dia de hoje, verificamos dos bailarinos da Companhia Nacional de Bailado”, afirmou Joana Barata Lopes aquando da discussão em plenário.



Saúde: “austeridade encapotada” penaliza os utentes



O vice-presidente do grupo parlamentar do PSD Miguel Santos considera que está em curso uma “austeridade encapotada”, que agrava o “apertar o cinto” na área da saúde.

O Ministério das Finanças vai obrigar os hospitais a reduzirem em 35% a contratação de médicos, enfermeiros e outros profissionais da saúde. A medida faz parte de um decreto-lei do Governo que entra em vigor esta terça-feira.

“Estes cortes de 35% correspondem a um corte impositivo, uma vez que em termos de gestão este Governo não consegue introduzir medidas duradouras, estáveis, e estruturais, e vai ter repercussões negativas no acesso à saúde”, afirmou Miguel Santos, argumentando que se vive “uma austeridade encapotada”.

Segundo o diploma, os gestores hospitalares que violarem a normal podem ser responsabilizados civil, financeiramente e disciplinarmente.

“Os resultados na área da saúde têm-se degradado. Todos temos, infelizmente, acompanhado esses resultados com a dívida, mês a mês a crescer, os atrasos de pagamento a acontecerem, a faltarem medicamentos nos hospitais, a faltarem enfermeiros, a venderem dispositivos médicos à consignação”, sustentou.

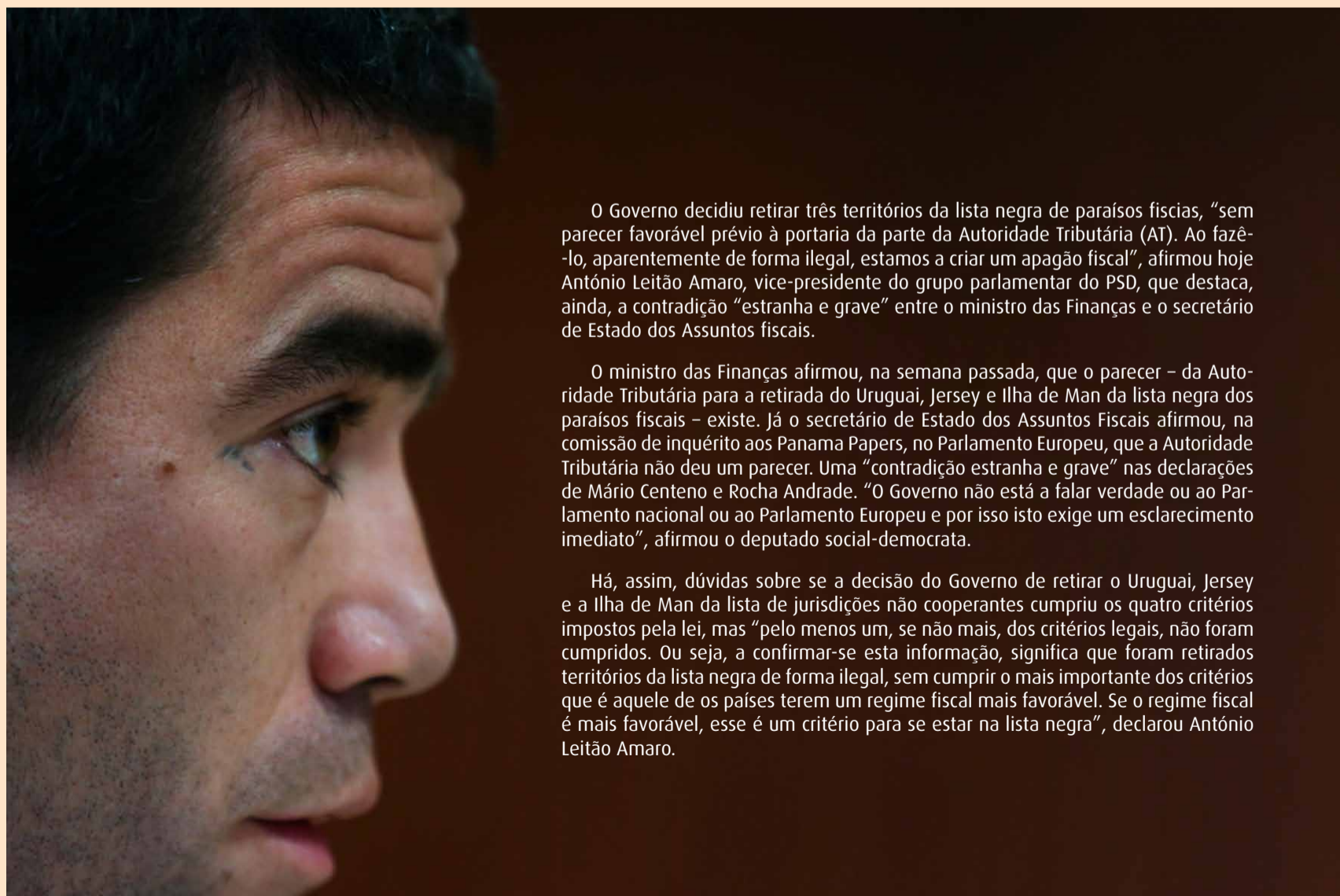
O deputado do PSD lamenta que “os portugueses, mais uma vez, estão perante uma circunstância de poder regressar a um passado que julgávamos ultrapassado e de termos de pagar os erros desta governação ou através do acesso ou através da assunção desses custos”.

Sublinhando que na semana passada os sociais-democratas apresentaram uma série de iniciativas que foram chumbadas pela maioria de esquerda, Miguel Santos prometeu que o PSD continuará atento e a apresentar propostas.

A medida do Governo socialista deverá afetar sobretudo os hospitais fora das grandes cidades, que recorrem com mais frequência à contratação de tafeiros em empresas exteriores.

Paraísos fiscais

Governo está a criar um “apagão fiscal”



O Governo decidiu retirar três territórios da lista negra de paraísos fiscais, “sem parecer favorável prévio à portaria da parte da Autoridade Tributária (AT). Ao fazê-lo, aparentemente de forma ilegal, estamos a criar um apagão fiscal”, afirmou hoje António Leitão Amaro, vice-presidente do grupo parlamentar do PSD, que destaca, ainda, a contradição “estranha e grave” entre o ministro das Finanças e o secretário de Estado dos Assuntos fiscais.

O ministro das Finanças afirmou, na semana passada, que o parecer – da Autoridade Tributária para a retirada do Uruguai, Jersey e Ilha de Man da lista negra dos paraísos fiscais – existe. Já o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais afirmou, na comissão de inquérito aos Panama Papers, no Parlamento Europeu, que a Autoridade Tributária não deu um parecer. Uma “contradição estranha e grave” nas declarações de Mário Centeno e Rocha Andrade. “O Governo não está a falar verdade ou ao Parlamento nacional ou ao Parlamento Europeu e por isso isto exige um esclarecimento imediato”, afirmou o deputado social-democrata.

Há, assim, dúvidas sobre se a decisão do Governo de retirar o Uruguai, Jersey e a Ilha de Man da lista de jurisdições não cooperantes cumpriu os quatro critérios impostos pela lei, mas “pelo menos um, se não mais, dos critérios legais, não foram cumpridos. Ou seja, a confirmar-se esta informação, significa que foram retirados territórios da lista negra de forma ilegal, sem cumprir o mais importante dos critérios que é aquele de os países terem um regime fiscal mais favorável. Se o regime fiscal é mais favorável, esse é um critério para se estar na lista negra”, declarou António Leitão Amaro.



PSD está preocupado com crispação na justiça

Ameaça de greve e protestos dos juízes, que contestam o novo Estatuto dos Magistrados ainda não apresentado pelo Governo, levam os deputados do PSD a ouvir o Sindicato dos Magistrados do Ministério Público (SMMP) e a Associação Sindical de Juizes Portugueses (ASJP).

“O PSD está preocupado com a situação de polémica e de crispação que está a existir na justiça, particularmente com os magistrados do Ministério Público e com os magistrados judiciais”, afirmou Carlos Abreu Amorim. O deputado assegura que o PSD “tudo fará” para diminuir essa crispação, mas para tal precisa de perceber “exatamente o que se está a passar”.

O PSD recebeu, por isso, os dirigentes do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público e a Associação Sindical dos Juizes Portugueses na terça-feira, 6 de junho.

“Julgamos que toda a prudência e todo o recato democrático são necessários”, quando, “magistrados e juízes ameaçam com greves e, inclusivamente, com boicotes a processo eleitorais”, afirmou o deputado.

Carlos Abreu Amorim recorda que o governo PSD/CDS-PP tinha sido acusado de não ter preparado a revisão do Estatuto dos Magistrados, mas estranho é que, 17 meses depois de tomar posse, o atual Governo ainda não tenha entregado a proposta final da revisão dos Estatutos.

“Sempre que a senhora ministra da Justiça se pronuncia sobre o Estatuto dos Magistrados, a senhora ministra da Justiça diz que está quase. Apresentar uma proposta de estatuto, sem estatuto remuneratório é brincar um bocadinho com a situação, sem isso a revisão do estatuto está manca”, criticou o deputado.

PSD “inequivocamente a favor” da delação premiada

Comentando a introdução da figura da delação premiada no ordenamento português, Paula Teixeira da Cruz manifestou-se “inequivocamente a favor” da introdução deste instituto jurídico, desde que acompanhada da “necessária investigação”.

“O PSD tem sobre essa matéria uma posição claríssima: é a favor da delação premiada inequivocamente, mas naturalmente acompanhada da necessária investigação. Todos compreenderão que, se uma acusação se bastasse com uma delação premiada, o que ia acontecer era que um cúmplice ou um coautor diria que foi A, B ou C para fugir à pena ou para a diminuir”, afirmou Paula Teixeira da Cruz, deputada e ex-ministra da Justiça.

A social-democrata realça que o PSD é “tão a favor da delação premiada” como é do enriquecimento ilícito, uma matéria em que várias vezes o PSD tentou legislar, mas que foi rejeitada pelo Tribunal Constitucional.



Descontaminação da Ilha Terceira deve ser “causa nacional”

“Tive a oportunidade de dizer ao Presidente da República que, para nós, o Governo Regional [liderado pelo socialista Vasco Cordeiro] e os Açores contarão sempre com o PSD/Açores para defender que isto seja uma causa nacional, colocada ao mais alto nível entre Portugal e os Estados Unidos da América”, afirmou Duarte Freitas, após reunião com Marcelo Rebelo de Sousa, em São Roque do Pico, sábado, 3 de junho de 2017.

“Há divergências, naturalmente, há visões distintas, mas há matérias que nos unem e esta da causa nacional em relação à descontaminação da ilha Terceira é evidente”, garantiu Duarte Freitas, líder do maior partido da oposição nos Açores.

Para o dirigente social-democrata, “é importante que todos os partidos e a sociedade civil estejam em conjunto com os órgãos de governo próprio e, também, com o Governo Regional ao lado de algumas causas, como é o caso da descontaminação da ilha Terceira”.

Em 2005, num estudo realizado pelos militares norte-americanos, foram identificados 35 locais contaminados com hidrocarbonetos e metais pesados nos solos e aquíferos da ilha Terceira, onde está sediada a base das Lajes. A contaminação foi confirmada, em 2009, por estudos do Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

No mês passado, o PSD entregou no parlamento regional um projeto de resolução no qual pede a intervenção do Presidente da República no processo de descontaminação de solos e aquíferos na ilha.

“Mais equilíbrio entre poderes e sociedade civil mais forte”

Duarte Freitas adiantou que na conversa que teve com Marcelo Rebelo de Sousa transmitiu “algumas preocupações”, exemplificando com “alguns problemas em termos de coesão social” e de coesão territorial, “que se agravam”.

O social-democrata abordou, ainda, a necessidade de os Açores terem, “cada vez mais”, a sociedade civil a participar no desenvolvimento regional.

“Há nos Açores uma necessidade muito grande de haver um melhor equilíbrio de poderes, mas também um reforço da sociedade civil”, afirmou, declarando-se convicto de que quanto mais a região tiver “a participação dos cidadãos e da sociedade civil organizada, melhores políticas públicas” e mais transparência existirão e os açorianos valorizarão mais a autonomia.

De acordo com Duarte Freitas, “essa foi uma das mensagens cruciais” que transmitiu a Marcelo Rebelo de Sousa, “numa região onde, por vezes, o Governo parece omnipresente”.

Sem esquecer “o que deve ser o papel do Governo Regional”, Duarte Freitas sublinhou que “os Açores não são só o Governo, são muito mais do que o Governo, são os açorianos, com diversas visões, com diversas perspetivas e, certamente, todos eles querem contribuir para engrandecer esta grande terra”.

“O PSD/Açores está imbuído deste espírito positivo de contribuir para o desenvolvimento dos Açores, apontando aquilo que acha que não está bem, mas tentando apontar também soluções, escrutinando e fiscalizando a ação governativa, mas também estando ao lado do Governo quando é necessário estar”, garantiu.

O presidente do PSD/Açores reuniu com o Presidente da República, num encontro em que Duarte Freitas apresentou a Marcelo Rebelo de Sousa o diagnóstico do PSD sobre a situação política, económica e social da Região.

POVO LIVRE

Directora: Maria Eduarda Azevedo Director-Adjunto: João Cordeiro Pereira

Internet: www.psd.pt - E-Mail: psd@mail.telepac.pt

PSD denuncia mentiras de António Guterres Não é precisa a regionalização para Portugal receber fundos da União Europeia

- Guterres devia preocupar-se porque Portugal só usou 52% dos fundos que recebeu
- No Comité das Regiões já há Presidentes de Câmara a defenderem fundos para Portugal

páginas 3 e 4

Conselho Nacional reúne no sábado

PSD diz claramente não à negociata PS-PCP da regionalização

página 8

Prosegue investigação parlamentar a favorecimentos económicos do Governo

Pina Moura e IPE baralham explicações

página 5

Carlos Encarnação na Assembleia da República

Governo não prestigiou Portugal na crise militar da Guiné-Bissau

página 4

Edição n.º 1157 do "Povo Livre", de 22 de julho de 1998. Manchete: "PSD denuncia mentiras de António Guterres: Não é preciso a regionalização para Portugal receber fundos da União Europeia". Maria Eduarda Azevedo era a diretora do "Povo Livre".

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção
Terça-feira até 12h00
Para: Fax: 21 3973168
email: convocatorias@psd.pt



CANIDELO / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Núcleo de Canidelo - Vila nova de Gaia, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 16 Junho de 2017, (sexta-feira) às 21h30, na Escola Secundária Inês de Castro sita na Av.ª Poeta Eugénio de Andrade - Canidelo, com a seguinte:

Ordem de trabalhos:

- 1 - Apresentação da actividade política desenvolvida pela Comissão Política
- 2- Apreciação da actuação da Comissão política do Núcleo
- 2 - Eleições Autárquicas
- 3 - Outros assuntos

CASTRO MARIM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Castro Marim, para reunir no próximo dia 07 de Julho de 2017 (sexta-feira) pelas 21h00 na Casa do Povo do Azinhal, sita no Largo de Santa Bárbara – Azinhal, , com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto Único -: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção

Notas:

- As listas de candidatos, deverão ser entregues ao presidente da Mesa Assembleia Distrital ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede distrital.

- As urnas estarão abertas das 21h00 às 23h00

CHAVES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Chaves para reunir no próximo dia 23 de Junho de 2017 (sexta-feira), pelas 21H00, na sede, sita na Avenida Tenente Valadim, 47 E, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1 – Apreciação das candidaturas do PPD/PSD aos órgãos autárquicos nas eleições de 01 de Outubro de 2017
- 2 – Aprovação do programa eleitoral do PPD/PSD às eleições autárquicas de 01 de Outubro de 2017
- 3 – Outros Assuntos

FARO / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Faro para reunir, em sessão ordinária, no dia 23 de Junho de 2017 (sexta-feira, pelas 21h00 na sede do PSD de Loulé, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, nº 1 – Loulé, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 – Informações
- 2 – Autárquicas 2017
- 3 – Análise da situação política
- 4 – Outros assuntos

PARIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Paris, para reunir no próximo dia 08 de Julho de 2017, (sábado), pelas 15H00 na Permanence Les Républicains, nº 7 Rue Isidore Nerat - 93600 Aulnay-Sous-Bois, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

- 1 - Eleição da Comissão Política de Secção;
- 2 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 11h00 às 17h00



CORRECÇÃO CONSELHO DISTRITAL DE AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e demais regulamentos da JSD, convoca-se o Conselho Distrital da JSD de Aveiro para reunir no dia 1 de Julho de 2017 (sábado), pelas 16h00, Ciclo Criativo (Antigo Colégio), sito na Rua Dr. Pereira de Melo, 274 – 3860-375 Estarreja, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Eleição dos membros da JSD à Assembleia Distrital do PSD Aveiro;
- 3 – Análise da situação política;

Notas:

As listas e os nomes propostos deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD Aveiro, respeitando o cumprimento estatutário, na sede JSD Distrital, sita na rua Dom Manuel B. de Vasconcelos, n.º 28, Aradas, 3810-498 Aveiro, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD. As urnas estarão abertas entre as 17h00 e as 18h00.

PAÇOS DE FERREIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoco Plenário Concelhio Ordinário da JSD de Paços de Ferreira, para reunir no próximo dia 29 de Junho de 2017 (quinta-feira), pelas 21 horas, na Sede da JSD de Paços de Ferreira, sita na Av. dos Templários, nº 309- Dto, 4590-508 Paços de Ferreira, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto I: Autárquicas 2017;

Ponto II: Análise da situação política;

Ponto II: Outros assuntos.

PENAFIEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes da Concelhia de Penafiel, para reunirem em Plenário, no próximo dia 19 de Junho de 2017, pelas 21 horas nas instalações da Junta de Freguesia de Valpedre, Concelho de Penafiel, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Análise da situação política local e nacional.

NESD / INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes da JSD inscritos no Instituto Politécnico de Castelo Branco, para as eleições do Núcleo de Estudantes Sociais Democratas da referida instituição, a decorrer no próximo dia 17 de julho de 2017, das 14h às 16h, na Sede do PSD Distrital Castelo Branco, sita na Rua do Pina, nº10, 6000-194, Castelo Branco. Com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos órgãos da Direção e da Mesa do Plenário do NESD IPCB.

Nota:

As listas deverão ser entregues ao Coordenador Distrital do Ensino Superior, até às 23h59 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, no local supra indicado, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD.

NESD / FACULDADE DE DIREITO DE LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes da JSD inscritos na Faculdade de Direito de Lisboa, para as eleições do Núcleo de Estudantes Sociais Democratas da referida instituição, a decorrer no próximo dia 5 de julho de 2017, das 14h às 16h, no Átrio da Faculdade de Direito de Lisboa, sita na Alameda da Universidade, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos órgãos da Direção e da Mesa do Plenário do NESD FDL.

Nota:

As listas deverão ser entregues ao Coordenador Distrital do Ensino Superior, até às 23h59 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, no local supra indicado, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD.